

## Há algo de ‘latino’ na história ambiental latino-americana? Novos desafios para a consolidação de uma comunidade intelectual regional

Is there any ‘Latin’ in the latin American environmental  
history? New challenges for the consolidation of a regional  
intellectual community<sup>1</sup>

German Palacio\*

### Resumo

Desde a década de 90, a história ambiental latino-americana tem enfrentado três obstáculos principais: novidade, dispersão e complexidade. Como um resultado do crescimento tanto em qualidade quanto em quantidade dos estudos, uma perspectiva crítica sobre a história ambiental latino-americana se torna urgente. Desde o século XIX, as Américas foram divididas em ‘Latina’ e ‘Anglo-Saxônica’. Devido a diversos fatores de caráter transnacional que estão enfraquecendo essa divisão, é tempo de repensar criticamente seu significado, utilidade e potencial explicativo. Pode-se perguntar: Há algo ‘latino’ na história ambiental latino-americana? Consequentemente, tanto estudiosos da história ambiental da América Latina quanto da América do Norte devem levar em conta o caráter poroso e debilitado dessa divisão tomando conhecimento do transnacionalismo. Este artigo também explora algumas formas como os estudiosos da América Latina têm explorado as conexões globais e transnacionais inerentes ao estudo da história ambiental.

**Palavras-chave:** história ambiental, historiografia, transnacionalismo, Américas.

### Abstract

Since the 1990s, the Latin American environmental history community has faced three principal obstacles: novelty, dispersion, and complexity. As a result of the growth in both the quantity and quality of scholarship, a critical perspective on Latin American environmental history becomes urgent. Since the nineteenth century, the Americas were subjected to a divide between

---

\* Professor titular da Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia. PhD. Florida International University-Miami; Fulbright Visiting Research, 2015, University of Wisconsin-Madison. E-mail: germanpalacio@hotmail.com

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado em inglês na revista HALAC. Belo Horizonte, volumen I, numero 2, marzo-agosto 2012, p. 157-179. Tradução realizada por Silvana Prado.

'Latin' and 'Anglo'. Due to several two-way factors of transnational character that are weakening this divide, it is time to re-think critically on the meaning, utility, and explanatory potential of it. One can ask: is there any 'Latin' in Latin American environmental history? Consequently, both Latin American and North American environmental history scholars must take account of the porous and delibated Latin/Anglo divide and be aware of transnationalism. This article explores some of the ways in which the Latin American scholarship has already elaborated the global and transnational connections inherent to the study of environmental history.

**Keywords:** history; historiography, transnationalism; the Americas

## Introdução

Macondo é a bem conhecida cidade mítica do romance realista mágico *Cem Anos de Solidão*,<sup>2</sup> de Gabriel Garcia Marquez. Curiosamente é também conhecida pela explosão do campo de Macondo, em referência ao campo petrolífero Britânico (BP) que desde abril de 2010 vazou bilhões de barris de petróleo no Golfo do México em um dos maiores derramamentos marinhos de óleo dos Estados Unidos, talvez do mundo, superando o acidente Exxon-Valdes no Alasca em 1989. O vazamento de óleo causou danos às indústrias pesqueira e de turismo, bem como à vida selvagem. Embora a maioria dos danos tenha afetado diretamente os estados da Louisiana, Missisipi, Alabama e Flórida, outros efeitos na costa do México e em águas marinhas internacionais não foram completamente ou claramente avaliados. Talvez não haja interesses poderosos a apoiar tal preocupação. Talvez, os interesses relacionados ao petróleo no mundo sejam tão poderosos que para se chegar a uma conclusão sobre qual poderia ser o real escopo dos danos seja extremamente difícil. Além disso, nas águas marinhas além da jurisdição nacional, a capacidade de fazer valer as disposições da Convenção Internacional da Lei Marinha é extremamente fraca.

Inesperadamente, em 26 de novembro de 2010, um grupo de pessoas representando diversas organizações não governamentais, tais como a Acción Ecológica com base em Quito, no Equador, uma mexicana, Oil Watch com base em Port Hardcore, Nigéria, a bem conhecida eco-feminista indiana Vandana Shiva, alguns dos mais visíveis líderes do movimento indígena no Equador, entre outros, apresentaram um processo legal perante a Suprema Corte Equatoriana contra a British Petroleum Company (BP), empresa de

<sup>2</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cien años de soledad*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1967.

petróleo britânica, afirmando, sob os princípios dos Direitos da Natureza estabelecidos na nova constituição equatoriana, que a BP seria judicialmente declarada culpada pelos danos causados no Golfo do México, e nas águas além da jurisdição nacional. Os reclamantes não exigiram compensação monetária, mas sim a divulgação de toda a informação de posse da BP e também que a empresa fosse ordenada a cessar a exploração do campo de Macondo. Eles argumentaram que os direitos da natureza, constitucionalmente reconhecidos pelo artigo 76 da nova Constituição Equatoriana – primeiro país no mundo, e o único até agora a reconhecer a natureza, ou *pachamama*, como um sujeito de direito – são o apoio legal do processo contra a BP em defesa dos direitos da natureza que deveriam ser protegidos e reparados. Eles afirmaram que a Constituição Equatoriana lhes deu o direito de lutar pelos Direitos da Natureza, e pela possibilidade de exigir reparações e compensações pelas ações da BP.

Muitos peritos em questões jurídicas ficariam céticos em relação ao sucesso desse processo. Entretanto, o valor dessa ação legal poderia ser mais bem avaliado em termos simbólicos, mas ela também poderia constituir um importante precedente legal na lei Equatoriana e, eventualmente, na lei internacional. De fato, nas duas semanas que se seguiram ao início do processo, tal evento foi noticiado em muitos jornais latino-americanos assim como no *The New York Times*. Esse processo poderia ser formulado em outras palavras como uma luta pela proteção da terra como ‘patrimônio comum da humanidade’, ao invés de ‘direitos da natureza’, mas independente das palavras utilizadas, esse caso pode ser citado como um exemplo de globalização dos fenômenos legais, que eu prefiro chamar de transnacionalização da lei ambiental.

Esse é apenas um exemplo da interação entre atores e ações nacionais e transnacionais. Eu gostaria de enfatizar a palavra ‘transnacionalização’ ao invés de ‘globalização’ de acordo com as questões recentemente levantadas pelos estudiosos que estão construindo o campo dos estudos transnacionais. Sem negar a importância do processo de globalização, eles têm expressado suas preocupações como

o uso prodigioso do termo globalização para descrever qualquer processo ou relação que de alguma forma cruze alguma fronteira. Por si só, muitos desses processos e relações obviamente não se estendem de maneira alguma pelo mundo todo. O termo ‘transnacional’ é de certa forma mais humilde e, frequentemente, mais adequado...<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Ver HANNERZ, Ulf. “Nigerian Kung Fu, Manhattan fatwa” e “The Local and the Global: continuity and

A transnacionalização poderia ser usada como um nível analítico de mediação, sem negar a globalização ou o poder dos estados atores, para pensar os processos ou as relações que 'cruzam as fronteiras dos Estados'. Algumas vezes as questões atuais tornam mais fácil pensar analiticamente os problemas históricos. Para os propósitos desse artigo, alguns dos fatores do passado e do presente que dão suporte a essas abordagens transnacionais são os seguintes: o poder crescente do governo dos Estados Unidos e as corporações transnacionais norte-americanas desde o século XIX, que produzem ou influenciam as mudanças ambientais em locais e regiões que fazem parte de uma região convencionalmente chamada de América Latina; segundo, as terras fronteiriças entre o México e os Estados Unidos; terceiro, o poder das organizações de desenvolvimento internacional, incluindo ONGs, que depois da Segunda Guerra Mundial têm sido capazes de produzir ou influenciar mudanças ambientais na América Latina; quarto, mudanças dramáticas na composição demográfica dos Estados Unidos que tem sido 'latinizada'; e finalmente, a crescente influência das nações-estados e das corporações transnacionais originadas em países convencionalmente agrupados na América Latina mas que são capazes de influenciar outros países e regiões vizinhos.

O relato ambiental que inicia este artigo envolve pessoas e organizações de diferentes partes do mundo, apesar do fato dos reclamantes, da jurisdição legal e o sistema judiciário envolvidos no caso estarem situados no Equador. Os ambientalistas estão embasando sua reclamação legal no artigo 76 da Constituição Nacional Equatoriana. Eles não estão justificando sua ação legal circunscrita a uma identidade regional, tal como a América Latina. Sua reclamação é global no contexto de uma crença na Terra comum compartilhada. Esse transnacionalismo é absolutamente compreensível porque se torna óbvio dizer que os problemas ambientais não precisam de passaporte e não reconhecem nacionalidades.

Embora os problemas ambientais contemporâneos tendam a dissolver ou ao menos tornar extremamente porosas as fronteiras das nações-estados, o estudo dos tópicos ambientais importantes continua a ser compartimentado nacionalmente. Se o vazamento de óleo em Macondo afeta a vida selvagem e as condições ambientais de atividades econômicas que não podem ser restritas a um único país, está na hora de dar sentido aos esforços de construção de uma organização acadêmica ambiental latino americana cujo

---

change" em KHAGRAM, Sanjeev e LEVIT, Peggy (ed.). *The Transnational studies reader. Intersections and innovation*. New York. London: Routledge, 2008.

objeto, por sua própria natureza, pode ser apenas paradoxalmente restrito a América Latina. Este artigo inicia com a descrição da construção da história ambiental latino-americana para então discutir a validade da América Latina como uma categoria discreta para o estudo da história ambiental. Finalmente, ele explora as formas nas quais a produção acadêmica latino-americana tem elaborado as conexões transnacionais inerentes ao estudo da história ambiental. Ao invés de manter a América Latina como uma categoria discreta contida em si mesma ou uma coleção de países individuais, a comunidade acadêmica de história ambiental deveria observar seu caráter poroso, e esforçar-se por tornar evidentes suas interconexões em termos de relações transnacionais. Este artigo pergunta até onde a divisão latino/anglo-saxônica já está ultrapassada?

### **A Construção de uma comunidade intelectual: novidade, dispersão e complexidade.**

Em 1994, o panamenho Guillermo Castro-Herrera ganhou o prêmio 'Casa das Américas' com um texto publicado no mesmo ano e intitulado *Natureza e Sociedade na História da América Latina*<sup>4</sup>. Foi o mais importante livro de pesquisa, naquele momento, oferecido explicitamente aos leitores como uma história ambiental da América Latina. Em seu primeiro capítulo intitulado 'El Problema', Castro-Herrera faz a distinção entre três tipos do que ele chama de história natural: primeiro a versão CEPAL<sup>5</sup> que ele chama de 'história natural enquanto história econômica'; segundo 'história natural enquanto história social, referindo-se a Joan Martinez-Allier; e, finalmente, a ideia de 'história enquanto história natural'. Em relação a esse último tipo de história, ele relembra um dos principais nomes da história ambiental americana: Donald Worster.

Afirmar que esse foi o mais importante livro de pesquisa explícita sobre história ambiental da América Latina (quando comparado aos artigos) não deve nos fazer acreditar que não houveram outros livros úteis relacionados à história ambiental ou ecológica que o precederam. Ao contrário, quero enfatizar três pontos: esse foi o primeiro livro escrito por um estudioso latino-americano apresentando sua contribuição como história ambiental; ele foi inspirado no diálogo com o debate e a literatura intelectual latino-americanos; e foi profundamente influenciado por um historiador ambiental americano.

<sup>4</sup> CASTRO HERRERA, Guillermo. *Naturaleza y Sociedad en la historia de la América Latina*. Panamá. CELA, 1996.

<sup>5</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

A história ambiental latino-americana tem se beneficiado grandemente dos historiadores ambientais americanos. Talvez *A Luta pela borracha*, de Warren Dean, tenha sido o primeiro livro de história ambiental publicado.<sup>6</sup> Esse é o primeiro, no seguinte sentido estrito: foi o primeiro livro catalogado nas bibliotecas com a identificação 'história ambiental latino-americana'. A história ambiental latino-americana também tem se beneficiado vastamente do trabalho de não historiadores. Paradoxalmente, não se iniciou como um campo que teve como pioneiros historiadores profissionais latino americanos. Castro-Herrera, como muitos estudiosos latino americanos que têm escrito sobre história ambiental, não é um historiador profissional, mas foi treinado em literatura e linguística, primeiramente em Cuba e depois em estudos Latino Americanos, na Universidad Nacional Autónoma de México. Normalmente, os historiadores ambientais latino-americanos lêem não apenas seus colegas, mas também geógrafos históricos, antropólogos, ambientalistas, filósofos, economistas e intelectuais latino americanos bem como figuras literárias. Ambientalistas e intelectuais interessados no passado precederam os historiadores profissionais.

Não é surpresa que a história ambiental latino-americana seja, ainda, marginal na profissão de historiador. Historiadores não são treinados para trabalhar com os dados que se originam nas ciências naturais; eles têm re-lido o que foi escrito em outros sub-campos através de novas lentes e, além disso, eles têm que ler sobre tópicos que não tratam da agência humana, mas são parte do quadro da história ambiental tais como plantas, patógenos, animais, florestas, ecossistemas e ideias sobre a natureza.

A história ambiental da América Latina, mesmo que muito promissora, é todavia jovem. Em um trabalho apresentado no Primeiro Seminário Internacional sobre História Ambiental Latino-americana, em Bogotá, em 2001, a historiadora ambiental brasileira Lise Sedrez, observou que esse tipo de história apresenta dois problemas práticos principais: "novidade e dispersão". A dispersão é um dos obstáculos mais complicados que ameaça a construção de uma comunidade histórica ambiental. Ao escrever a história ambiental da América Latina, tem-se que lidar com literaturas que vem de diferentes países e são escritas em línguas diferentes. Além disso, os estudiosos latino-americanos têm muitas vezes mais conexões com pesquisadores dos Estados Unidos ou da Europa, do que com outros estudiosos da América Latina. O esforço de Lise Sedrez de juntar essa literatura online marca o primeiro passo importante de ataque à dispersão.

---

<sup>6</sup> DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

Mais tarde, em 2003, alguns encontros, um seminário no Panamá organizado por Castro-Herrera e Héctor Alimonda, líder do grupo de ecologia política de CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, e um Simpósio sobre história ambiental durante o Congresso de Americanistas em Santiago do Chile, 2003, capitalizaram sobre os esforços dispersos. Um ano mais tarde, a ideia da Sociedade Latino-americana e Caribenha, SOLCHA, foi lançada em La Habana, liderada por Guillermo Castro-Herrera e o historiador ambiental cubano Reynaldo Funes, e não oficialmente criada em Carmona, na Espanha, em 2006. Em um encontro com muitos participantes, a Associação foi reafirmada em Belo Horizonte, Brasil, 2008. Durante o congresso seguinte, em 2010, coordenado pela historiadora Michele Carino, em La Paz, Baja California Sur, foi aprovada a criação da *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* (HALAC) como periódico oficial da SOLCHA sob a direção de Regina Horta Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Desde a primeira década deste século, essa literatura tem crescido. De fato, a lista de Lise Sedrez deu um salto de aproximadamente 400 títulos em 2001 para mais de 1.200 entre livros e artigos em 2010.<sup>7</sup> Apesar das hierarquias acadêmicas que resultam da predominância da língua inglesa na ciência, outro fenômeno transnacional, a historiografia ambiental da América Latina não pode ficar restrita ao que está publicado em inglês, e deve incluir também, e isso parece óbvio, publicações em espanhol e português, ao menos.

É intelectualmente honesto reconhecer a própria trajetória. Embora os acadêmicos das ciências sociais latino-americanos estejam orgulhosos do que produzem, na verdade, a história ambiental latino-americana é muito mais jovem do que a história ambiental americana. Enquanto a American Society for Environmental History, ASEH, foi criada em 1977, a SOLCHA, sua contraparte latino-americana, foi iniciada quase 30 anos mais tarde. *Environmental History*, o principal periódico americano já tem mais de 30 anos de vantagem. Entretanto, todos os esforços feitos pelos estudiosos latino americanos criam uma base para se esperar um aumento na produção em quantidade e qualidade. Diferente do caso da história ambiental latino-americana, a história ambiental americana não é mais marginal nos Estados Unidos e sua importância pode ser medida pela indicação de William Cronon para presidente da American Historical Association em 2011.

---

<sup>7</sup> Ver <http://www.csulb.edu/laeh>

O desenvolvimento da história ambiental tem, felizmente, mudado para melhor: a novidade já não é o caso, a dispersão pode ser superada, ao menos em parte, tanto por uma boa bibliografia disponibilizada na web, quanto por uma instituição liderada por estudiosos latino-americanos, incluindo em sua direção acadêmicos americanos e ibéricos, que de fato têm apoiado esses esforços. A *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* (HALAC)<sup>8</sup> aceita artigos e contribuições em espanhol, português e inglês. Ela tem um espírito aberto. Essa publicação se apresentou no momento certo. Em relação a essa passagem da infância à juventude, uma perspectiva crítica na história ambiental latino-americana se torna urgente, e nada melhor do que um periódico rigoroso para fazer isso acontecer.

Historiadores americanos devotados à história latino-americana têm contribuído grandemente com esse campo, mas eles têm que tratar de problemas conceituais relevantes à academia dos Estados Unidos. Quando se engajam com os tópicos ambientais, eles têm que tomar cuidado com narrativas de gênero, culturais ou de baixo para cima (*bottom up*), por exemplo, para ter certeza de tratar de assuntos modernos na academia dos Estados Unidos. Suas contribuições são extremamente úteis para a América Latina mas, em alguns casos, eles se prendem mais ao debate dos estudiosos americanos, do que aos interesses latino-americanos. A história ambiental latino-americana deveria encontrar um bom equilíbrio entre identidade e abertura.

Além da novidade e da dispersão, a complexidade pode ser outro fator que afeta uma produção que está tentando ser latino-americana. Porque o subcontinente inclui diversos países, diferentes línguas e ecossistemas diversos e contrastantes, o nível de dificuldade para escrever sua história é maior do que no caso dos Estados Unidos. Diversos fatores como a biodiversidade tropical combinada com a verticalidade tem que ser levados em conta cuidadosamente; da mesma forma, entender paisagens subtropicais, tropicais, equinociais e temperatura torna difícil comparar os países dispersos no mapa pela latitude.

A produção acadêmica mais recente varia em quantidade e qualidade de país para país e a produção é desigual. O Brasil, por exemplo, tem uma produção importante e encorajadora que nem sempre dialoga com seus vizinhos devido a tradições históricas e acadêmicas. A construção de uma comunidade sul-americana, que começou como uma tentativa de construir um mercado comum (Mercosul) algumas décadas atrás, está construindo uma ponte que une as literaturas em espanhol e português.

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/index>

Na busca por inspiração, os historiadores ambientais da América Latina recebem a herança de outras sub-disciplinas da história e, dependendo do período de tempo, a literatura é mais proeminente ou menos desenvolvida. Os períodos de conquistas e de colônia são bem desenvolvidos quando se trata do México e Peru, diferentemente de outros países. Os historiadores ambientais desses países têm bastante material de seus colegas para ser lido. O desenvolvimento acadêmico, as tradições da universidade e a capacidade de publicação também variam de país para país e região para região. A história ambiental das comunidades brasileira, mexicana e colombiana é mais numerosa ou mais bem organizada. Na América Central, a tradição acadêmica da Costa Rica é mais consolidada que o restante de seus vizinhos, o que torna menos difícil criar e manter uma produção acadêmica autônoma. Entretanto, literatura de alta qualidade tem sido publicada como história ambiental da Guatemala, Honduras ou Panamá. Os intelectuais argentinos também têm produzido importantes contribuições, como a de Antônio Elio Brailovski.<sup>9</sup> As reuniões da SOLCHA tem sentido a falta de representantes importantes dos países andinos, e é muito estranho que historiadores peruanos, por exemplo, ainda não estejam incluídos nesse cenário, revelando a necessidade de colocar mais esforços para juntar essas histórias.

Ao tratar da novidade, dispersão e complexidade da comunidade acadêmica da história ambiental latino-americana, e da forma como esses problemas têm sido superados, muitos atores desse movimento intelectual têm pressuposto a noção da América Latina como não problemática ou evidente. Entretanto, muitas questões precisam ser levantadas. Se não existe uma entidade política conhecida como América Latina, que critérios poderiam unir essa comunidade intelectual? Como esse artigo vai mostrar, muitos dos participantes consideram esse agrupamento evidente. De fato, é importante perceber que – especialmente quando se fala de historiadores – essa entidade não é somente um conceito geográfico ou uma unidade ecossistêmica. Então, já é tempo de mudar o foco dos esforços de construir uma comunidade que concentra sua pesquisa na América Latina para qual é o significado de América Latina. Uma das razões para gastar energia com tal preocupação é que essa noção tem sido articulada historicamente de forma diferente de sua contraparte estadunidense, ou para ser mais preciso, a contraparte anglo-americana; a outra razão é que este artigo também defende uma base comum para a pesquisa e a sinergia intelectual entre a história ambiental da América Latina e da América do Norte.

---

<sup>9</sup> BRAILOVSKI, Antonio. *Buenos Aires, Ciudad inundable*. Buenos Aires. Capital Intelectual, 2011.

## Como entender a América Latina?

Recentemente Walter Mignolo<sup>10</sup> argumentou que a ideia da América Latina foi inventada na metade do século XIX, quando as forças Britânica e Francesa se confrontaram, em termos militares e políticos, mas também econômicos e culturais. A partir do sul do Rio Bravo, a defesa da ideia de características hispânicas ou ibéricas das novas repúblicas, como um todo, revelou pouca visão, em um tempo em que Espanha e Portugal estavam descreditados como poderes imperiais. Como parte desse confronto, todas as novas repúblicas foram consideradas latinas, incluindo o Haiti. Essas repúblicas foram permeadas pela influência política e cultural francesa, copiando o código napoleônico, recebendo instrução francesa e incluindo um denominador comum: a língua romana. Deixando a originalidade de lado, Mignolo está certo sobre a América Latina como uma invenção a partir do século XIX. Entretanto, ele não é convincente sobre porque esse rótulo foi triunfante. A categoria latino-americana não foi naturalizada, imediatamente, como uma região 'geográfica', mas a definição do nome foi parte de uma política controversa, como Victor Haia de La Torre, fundador do ainda influente partido peruano APRA, argumentou na primeira metade do século XX.

Em um documento com data de 1930, em Berlin, Victor Haya de La Torre<sup>11</sup> estava completamente ciente dessas 'invenções' que ele considerava de importância política. Ao invés de América Hispânica ou América Latina, ele propunha Indoamérica como um termo apropriado que incluía todos os povos da América "que falam castelhano, português, francês, quíchua, aimara, maia e zapotec – para não citar outras línguas faladas por nossos povos."<sup>12</sup> Ele afirma que mesmo em locais onde não há uma população indígena notável, a marca deixada na América pelos povos indígenas é tão profunda que "não podemos ser chamados por nenhum dos rótulos europeus."<sup>13</sup> Ele acrescenta que esses nomes têm um significado histórico e que o "americanismo hispânico serve ao período colonial; o americanismo latino serve o período republicano, e pan americanismo é a expressão do imperialismo Ianque."<sup>14</sup> Sua defesa da importância dos povos indígenas o levou a argumentar que

<sup>10</sup> MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

<sup>11</sup> HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *¿Hacia donde va Indoamérica?* Santiago do Chile: Ercilla, 1935.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 23.

seu impacto até mesmo na América Anglo-Saxônica é inegável.<sup>15</sup> Ele trata das objeções ao termo, e as aceita porque América Latina serve ao período republicano, outras noções ao invés de América Latina ou Indoamérica dividiriam as pessoas que não fazem parte do imperialismo ianque. Sua ideia de Indoamérica foi compartilhada por outro intelectual peruano e fundador do partido socialista peruano: José Carlos Mariátegui. Ambos pensavam que Indoamérica era a nova expressão revolucionária da América.<sup>16</sup>

Se, durante a década de 1930, houve uma disputa importante sobre um nome comum para a região, que curiosamente Mignolo não menciona, o uso contemporâneo convencional de América Latina triunfou depois de 1950. Aquela época foi tomada pelo discurso desenvolvimentista que se originou nas instituições internacionais que emergiram da Segunda Guerra Mundial para implantar projetos e fornecer estatísticas de todos os países agrupados regionalmente ao sul do Rio Bravo. Desde então, a América Latina e o Caribe se juntaram, fossem falantes de inglês, francês ou holandês; isso inclui os países da América Hispânica, o Brasil e as ilhas do Caribe que, na época, estavam em processo de descolonização. Para o discurso desenvolvimentista, a categoria classificatória decisiva estava relacionada à característica comum de serem países ‘subdesenvolvidos’, inicialmente, e mais tarde eufemisticamente chamados de países ‘em desenvolvimento’.

Estatisticamente, em termos de ‘produto interno bruto’, esses países foram agrupados e as diferenças eram quantitativas, dessa forma salientar características econômicas, particularmente suas relações com o mercado – conforme Castro-Herrera usa como ponto de partida – era mais importante do que as razões culturais que permitiam às pessoas ser chamadas, a partir da segunda metade do século XIX, latino-americanas. Do ponto de vista dos povos indígenas que vivem no continente, Indo-América, mesmo com todos os problemas do ‘Indo’, seria uma categoria que os colocaria todos juntos, desde a Argentina até o Canadá, mas essa categoria não se encaixaria facilmente com o desenvolvimento dos Estados Unidos ou do Canadá. Além disso, não seria uma boa solução para as elites latino-americanas que se esforçaram tremendamente por mais de um século para provar que não eram mais ‘índios’.

A categoria latino-americana é problemática em outro sentido. Se juntarmos todos os povos que falam espanhol, português e francês, teríamos

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 23.

que incluir não apenas o Haiti e outras ex-colônias caribenhas francesas, mas também uma parte importante da América do Norte: Quebec. A noção de América Latina foi obviamente problemática por causa das implicações e inconsistências políticas, mas foi útil como uma convenção para as instituições desenvolvimentistas. Algumas das instituições acadêmicas dos Estados Unidos e Europa a aceitaram, expandiram ou criaram programas acadêmicos para estudar a região.

Reconhecer essa trajetória do termo, como faz Mignolo, não significa invocar a implicação “Orientalista” conforme Said.<sup>17</sup> Ou seja, a construção da América Latina não é apenas uma criação dos “outros”, externa, da “Europa”, por exemplo, mas tem também um aspecto ou suporte “próprio”, interno. No período em que os Estados Unidos se tornaram a nação mais poderosa do mundo, o Panamericanismo, que foi considerado por Haya de La Torre uma noção ‘Janque’, não triunfou. Mignolo afirma que o rótulo de latino-americano foi aceito ou defendido pelas elites latino-americanas francófilas durante o século XIX. De fato, isso não foi simplesmente imposto pelos poderes imperiais. Outra discussão seria, pondera Haya de La Torre, se a França usou essa categoria para disseminar seus próprios interesses, deve-se acrescentar também que essa noção não apenas tem uma conotação elitista, mas também têm servido para produzir um discurso crítico desde o início. Tomemos, por exemplo, o caso do chileno Francisco Bilbao, um dos pioneiros do termo. Mignolo teve que reconhecer que dentro da elite crioula houve alguns dissidentes.<sup>18</sup> Bilbao, por exemplo, denunciou e se opôs ao extermínio dos povos indígenas.<sup>19</sup> Outras instituições também foram criadas em alguns países latino-americanos, tais como México e Cuba, ou estão relacionadas a instituições educativas, tais como CLACSO, ou instituições de pesquisa como a FLACSO,<sup>20</sup> que não compartilham necessariamente um ponto de vista elitista: às vezes, muito pelo contrário.<sup>21</sup>

A invenção da América Latina durante o século XIX esteve relacionada a um contraste com outra categoria problemática: a América Anglo-saxônica. Quando isso foi naturalizado como uma diferença cultural, elas existiam

<sup>17</sup> SAID, Edward. *Orientalism*. London: Longman, 2002.

<sup>18</sup> MIGNOLO, op.cit., p. 91-92.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>20</sup> Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.

<sup>21</sup> De fato, os governos de esquerda da América do Sul eleitos durante a primeira e início da segunda década deste século poderiam ser bons exemplos da revitalização de uma ‘ideia latino-americana’ não elitista que não suportaria a tese de Mignolo.

como opostos. Entretanto, ao ler e escrever sobre a história ambiental há alguns tópicos compartilhados pelos historiadores ambientais da América Latina e da América do Norte sem muito problema. Vamos mencionar alguns tópicos que, na verdade, unem ao invés de separar as duas comunidades no mesmo tipo de problemas históricos com implicações ambientais: os sistemas produtivos dos indígenas pré-colombianos; a troca colombiana; o colapso demográfico da população nativa; as suposições enganosas do mito de prístino; e a transformação dos sistemas de propriedade, para mencionar alguns dos temas cruciais, já contemplados na literatura, que inclui todas as Américas: do Norte, Central, Caribenha e do Sul. Em todos esses tópicos os achados podem ser cuidadosamente generalizados e a troca é facilmente recebida e bem vinda, assim a América, como um hemisfério, deveria ser considerada mais em sua unidade do que em sua divisão entre Latina e Anglo-saxônica.

Com certeza, importantes variações, ainda em processo de serem documentadas, estão relacionadas à forma com que diferentes poderes imperiais – Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, Holanda ou França – de fato deixaram suas marcas nos diversos tipos de paisagens, urbana e rural, nas Américas. Por exemplo, por um lado, em relação aos ambientes urbanos, a organização da água, sistemas de descarte, distribuição e características dos espaços públicos e privados, materiais e técnicas de construção, zonas rurais etc., podem variar por causa da influência de diferentes poderes imperiais nas suas colônias. Por outro lado, em relação ao ambiente rural, a introdução de novos sistemas produtivos e novas populações, por exemplo aquelas trazidas da África, variações devido à resistência e transformação do povo nativo e a forma como os animais e plantas se adaptaram ou não aos novos ambientes. Nesses casos, as histórias econômica, social, cultural e intelectual são fundamentais para inspirar a história ambiental, ou seja, para compreender os esforços humanos para adaptar e transformar o novo ambiente, representar a paisagem, lutar com outros humanos para controlar e apropriar-se da terra, e assim por diante.

### **Em direção a um melhor entendimento da América Latina (na) história ambiental: da história regional à transnacional.**

Quando a literatura sobre história ambiental latino-americana é revisada, há diversas formas de pensar a região e/ou fazer conexões entre os diferentes países, ou entre a região e o resto do mundo. Vamos iniciar com os dois livros que tentam dar sentido à região como um todo: o livro já citado de

Castro-Herrera e o livro de Shawn Miller,, *Uma História Ambiental da América Latina*.<sup>22</sup> O livro de Castro-Herrera leva algum tempo para esclarecer o que é América Latina. Combinando uma definição geopolítica, mas situando-a em uma perspectiva mais abrangente, Castro-Herrera, citando Worster, diz que é necessário fazer ambas simultaneamente: história regional (latino-americana) e planetária. Ele afirma que a América Latina foi delimitada pelo fato geopolítico da guerra Estados Unidos – México que resultou em fronteiras permanentes entre ambos em 1848. Essa fronteira que Castro-Herrera identificou em 1848 é realmente um limite, mas ele não presta atenção ao que vai além do limite, muito bem desenvolvidas pela tradição fronteiriça entre Estados Unidos e México: as zonas fronteiriças. Castro-Herrera não leva em consideração que essas zonas foram modificadas em 1853 no novo tratado que inclui *La Mesilla*, o que não é realmente importante para o meu argumento. Evidentemente, a distinção entre linha divisória e zonas fronteiriças é importante quando se trata de preocupações ambientais por causa do caráter transnacional das zonas fronteiriças. Mesmo no presente, quando as políticas de direita dos republicanos ou democratas para imigração tentam estabelecer uma linha divisória forte construindo cercas monstruosas na fronteira com o México, o que está acontecendo é a criação de dificuldades para o cruzamento da fronteira e os imigrantes têm que enfrentar condições ambientais mais duras para passar a fronteira, o que tem gerado uma travessia mortal, com centenas de pessoas sendo dizimadas. Simultaneamente, a fauna do deserto está encontrando dificuldades para transitar na fronteira de um ecossistema compartilhado. Ao invés de dividir a história ambiental da América Latina de sua contraparte na América Anglo-saxônica, há diversas razões para considerá-las unidas e relevantes uma em relação à outra. Uma dessas razões é que a história ambiental latino-americana não pode ser entendida sem o poder ambiental transformativo dos atores norte americanos que se expandiram tanto antes quanto depois de a linha divisória ter sido definida entre os Estados Unidos e o México: com uma marca mais forte na América Central e Caribe, mas relativamente menos definitiva na América do Sul.

A tentativa de Castro-Herrera está baseada em uma combinação de uma razão geopolítica e uma econômica – embora ele as chame de cultural – que pode ser justamente retratada como pertencente à ‘teoria da dependência’, o que ele chama de obstáculos ‘desenvolvimentistas’. Sua forma particular

---

<sup>22</sup> MILLER, Shawn. *An environmental history of Latin America: new approaches to the Americas*. London: Cambridge University Press, 2007.

de fazer a conexão planetária com uma região extremamente complexa e diversa, assim como a América Latina, é o mercado internacional. Assim, ele usa a perspectiva da CEPAL, Celso Furtado e outros, bem como uma ‘análise de sistema global’, que se constrói com base no conceito de Immanuel Wallerstein. O critério de Castro-Herrera tenta harmonizar a análise regional com a abordagem planetária focando no mercado internacional. Ele embala sua visão teórica em um modelo de desenvolvimento que caracteriza como articulado, determinado externamente, dependente, centralizado, especializado e baseado na mono-produção.<sup>23</sup> Não deveria ser uma surpresa que seus capítulos estão divididos como ‘desenvolvimento separado’ (antes da chegada Européia no cenário), e ‘desenvolvimento articulado’, com o sabor indesejável do evolucionismo e também do estruturalismo, que tendem a ignorar ações humanas individuais específicas.<sup>24</sup>

O ponto de partida de Castro-Herrera é uma escolha legítima e compreensível, mas perde parte do cenário. Deixando de lado intelectuais neoliberais como Álvaro Vargas, Mario Vargas Llosa, Plinio Mendoza, Carlos Alberto Montaner ou Hernando de Soto, que tem considerado os latino-americanistas ‘perfeitos idiotas’, os pensadores latino-americanos costumam dialogar politicamente com outras tradições sócio-políticas e intelectuais latino-americanas. Eles tendem a se referir a importantes figuras históricas tais como José Martí, Jose Carlos Mariatégui, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso,<sup>25</sup> Paulo Freire, Orlando Fals Borda e outros. Entretanto, deve-se considerar o que realmente denota a América Latina de um ponto de vista histórico? Porque essa noção tem sido tão difundida, ainda mais que outros grupos possíveis, tais como América Hispânica/Luso América, Ibero América ou Indo América? Assim, ao fazer sua história ambiental ele tem que estressar diferenças substanciais entre a América Latina e a América do Norte e ignorar os povos das regiões fronteiriças entre Estados Unidos e México. Qual seria a razão para dar ênfase à divisão entre América do Norte e América Latina se elas compartilham, em parte, uma história comum, ao menos seu passado colonial e uma história contemporânea interligada, mesmo que controversa? Poder-se-ia acrescentar: elas também compartilham uma história comum de descolonização e uma história de construção territorial de

---

<sup>23</sup> CASTRO HERRERA, op. cit., p. 41.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Cardoso foi um campeão do neoliberalismo quando se tornou presidente do Brasil. Entretanto, seu trabalho intelectual anterior ficou amplamente conhecido na América Latina, América do Norte e círculos intelectuais europeus como ‘dependentista’.

nações-estados. A resposta é, provavelmente, porque Castro-Herrera representa uma tendência visível de dar continuidade a uma divisão que ajuda a fornecer identidade à América Latina contra um inimigo imperialista comum: os Estados Unidos da América.

De um ponto de vista explicativo, devido aos pontos comuns entre o passado ambiental dos Estados Unidos e da América Latina, do qual todos os historiadores podem se beneficiar sem distinção, Shawn Miller, por exemplo, em *An environmental history of Latin America*, é capaz de produzir uma ótima síntese nos primeiros capítulos do seu livro. Baseado nas contribuições arqueológicas, geográficas, etno-históricas e obviamente da história ambiental, Miller, em um primeiro capítulo muito inspirado chamado “um mundo velho antes de ser novo”, escreve sobre a história ambiental da região e expande a partir da concentração convencional da literatura nos Astecas e Incas com seus sistemas produtivos e experiências específicas que transformaram sua paisagem, incluindo a experiência do povo tupi-guarani, ao acrescentar a região amazônica em sua análise. Ele se beneficia de tópicos já bem desenvolvidos na literatura da história ambiental não baseada na divisão Latina/Anglo-saxônica, tais como a mudança colombiana com seus ganhos da mistura de biodiversidade; o colapso demográfico; a transformação dos sistemas produtivos pela introdução de novos sistemas legais ou novos animais; ou a crítica das supostas paisagens prístinas que tornam a história ambiental da América do Norte e da América Latina comum de diversas maneiras. Ele faz um bom trabalho nos primeiros capítulos que levam o leitor até a independência de todas as Américas no início do século XIX.

Entretanto, sua tentativa de compreensão é problemática quando ele busca fazer o mesmo exercício com diversos países independentes da América Latina, particularmente durante o século XX. Essa parte do livro, a latino-americana propriamente dita, às vezes se parece com generalizações injustificadas e o resultado dos três capítulos finais, incluindo seu epílogo, parece um pouco decepcionante. Ele tem dificuldades em finalizar a história completa que parece simplificada como o resultado de uma aceitação acrítica da unidade da América Latina. De fato, ele não usa um espaço para dizer o que é a América Latina. Assim, ele aceita essa divisão regional sem problematizá-la.

É importante observar outro problema mais substantivo de Miller. Assim como muitos outros historiadores, ao seguir a ordem cronológica convencional, sua parte ‘indoamericana’ – para usar a expressão de Haya de la Torre – está localizada nos primeiros capítulos, assim o efeito final é que a

transformação indígena na paisagem pertence ao passado, não ao presente. Os ambientalistas contemporâneos e os esforços indígenas, entretanto, têm resgatado a relação tradicional dos povos nativos com as terras, plantas, animais e florestas, assim do ponto de vista de um ambientalista, eles parecem mais com heróis contemporâneos do que pessoas que viveram no passado e já se foram. O resgate global de um imaginário sobre os povos indígenas como índios ecológicos deveria forçar os historiadores a resgatar e reintroduzir as experiências indígenas, não apenas nos primeiros capítulos dos livros, mas também nos últimos por causa de sua relevância ambiental para o presente. Provavelmente, ele teria mais sucesso se seu epílogo fizesse referência ao ressurgimento dos índios, ao invés da ecologicamente problemática revolução cubana com seu urbanismo orgânico forçado.

Esses dois exemplos não são os únicos, mas são suficientemente relevantes para serem levados em consideração. Por exemplo, outro livro importante da historiografia ambiental latino-americana é *Territories, commodities and knowledges*<sup>26</sup>, editado por Christian Brannstrom e produzido com ajuda considerável da colombiana-italiana Stefania Gallini. Esse livro tenta colocar ordem nas diversas experiências latino-americanas, organizando diferentes seções sob três critérios: o papel do estado enquanto instituição territorial; o papel dos produtos (*commodities*) tropicais; e o impacto da ciência nas transformações ambientais de diversos países, convencionalmente considerados da América Latina. Pelo fato destes casos cobrirem os séculos XIX e XX, uma das seções que provavelmente apóia implicitamente o mesmo argumento de Castro-Herrera, a América Latina enquanto uma região discreta, por um lado, e a conexão com o mundo de outro, é aquela relacionada com os produtos tropicais, ou seja, a conexão com o mercado internacional.<sup>27</sup>

Do ponto de vista ambiental é difícil entender uma região com tanta biodiversidade que se espalha das terras fronteiriças sub-tropicais dos Estados Unidos/México às terras temperadas do sul da Argentina e Chile. Aqueles que apóiam um ponto de vista de uma entidade regional como a América Latina estão baseados em fatores econômicos e culturais, não nos ambientais. Entretanto, parte da literatura ambiental que é muito relevante a alguns países de uma América Latina definida convencionalmente não presta nenhuma atenção à América Latina como uma região. Por exemplo,

<sup>26</sup> BRANNSTROM, Christian (ed.). *Territories, commodities and knowledges: Latin American environmental histories in the Nineteenth and Twentieth centuries*. London: Brookings Institution Press, 2004.

<sup>27</sup> Ver por exemplo: GARCIA, Bernardo e GONZALES JACOME, Alba (ed.). *Estudios sobre historia y ambiente en América, v. I (Argentina, Bolivia, Mexico, Paraguay)*. Mexico: El Colegio de Mexico, 1999.

o livro de Alfred Crosby sobre imperialismo ecológico reúne a América do Norte com o cone sul da América do Sul, por um lado, e ambos com a Oceania (Austrália e Nova Zelândia), por outro.<sup>28</sup> Sua posição não está baseada em mercados, mas sim em ecossistemas. O *Imperialismo Ecológico* de Crosby defende o caso de mais semelhanças entre as regiões temperadas da América com outras regiões temperadas da Oceania do que com outras regiões da América tropical. A crítica de Elinor Melville a Crosby inclui o México no cenário do imperialismo ecológico, mas seu caso específico, diferente do Vale Mexicano de Mezquitan é a Austrália, ao invés da Nova Zelândia, que é o caso de Crosby. O argumento de Crosby também poderia ser lido como parte de uma literatura sobre fronteiras. Mas como? Vamos examinar rapidamente a literatura sobre fronteiras.<sup>29</sup>

Embora Frederick Jackson Turner seja talvez o historiador mais famoso que inaugurou a literatura sobre fronteiras 'americanas', a perspectiva de Eugene Bolton sobre terras fronteiriças<sup>30</sup> – com todas as suas falhas e críticas – poderia ser a mais importante predecessora da literatura de zonas fronteiriças que caracteriza as terras de fronteira mexicana/norte-americanas. Assim ele seria considerado bastante relevante para a história ambiental latino-americana, reconhecendo que a fronteira que Castro-Herrera considera chave para escrever a história ambiental latino-americana é apenas uma linha desenhada por diplomatas em 1840 e reformada em 1853 em um mapa que não pode mudar automaticamente as características comuns compartilhadas pelos mexicanos do norte com os californianos, arizonianos, texanos e outros povos da fronteira. Alguns dos historiadores mais notórios de zonas fronteiriças também afirmam que “a história americana deveria ser transnacional assim como transcontinental”<sup>31</sup>. A literatura de fronteira está relacionada à expansão territorial dos estados independentes durante os séculos XIX e XX sobre novas terras e povos. De fato, a construção territorial ainda não terminou com casos como o da Amazônia, entre outros.

Se adicionarmos outra figura notável na literatura de fronteira, como

<sup>28</sup> CROSBY, Alfred. *Ecological Imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

<sup>29</sup> MELVILLE, Elinor. *A plague of Sheep. Environmental Consequences of the Conquest of Mexico*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

<sup>30</sup> BOLTON, Herbert Eugene. *Bolton and the Spanish Borderlands* (editado por BANNON, John). Norman: University of Oklahoma Press, 1964.

<sup>31</sup> WEBER, David. 'Introduction' in TRUEET, Samuel e YOUNG, Elliot (ed.). *Continental crossroads*. Durham: Duke University Press, 2004, p. ix.

é o caso de Walter Prescott Webb<sup>32</sup>, a conexão entre Crosby e a literatura sobre fronteira fica mais perceptível. Webb considerava que a fronteira da América descrita por Turner é apenas um capítulo da história completa da Grande Fronteira inaugurada pela expansão europeia sobre a América desde o final do século XV. Esse é um tipo de ‘fronteira de longa duração’, para usar a expressão dos *Analles*, que é também o conteúdo do imperialismo europeu e ecológico rastreado por Crosby ao longo um milênio, de 900 a 1900.<sup>33</sup>

Deixe-me ser mais preciso com meu argumento: o que eu acho que poderia ser mais importante do que considerar a América Latina como uma região com uma história específica e diferenciada é considerar as conexões transnacionais que poderiam ser relevantes para diversos tipos de espaços geográficos. Não estou aqui argumentando contra os estudos que se concentram em regiões específicas ou países que pertencem ao que convencionalmente e acriticamente tem sido aceito como América Latina, mas contra as regiões encapsuladas que não mostram as conexões com outras relações que tenho preferido chamar de transnacionais. Nesse sentido, por exemplo, não faço objeção específica a Warren Dean por estudar a história ambiental da Amazônia brasileira através da luta pelo controle global do mercado de um produto como a borracha, ou por estudar a Floresta Atlântica do Brasil. Se os livros de Dean são usados para ensinar a história ambiental latino-americana é outro problema. Aparentemente a conexão de países, convencionalmente definidos como parte, da América Latina com o mercado global, como no caso de Castro-Herrera, é algo que é do conhecimento dos estudiosos da América Latina. Nesse caso, as críticas deveriam ser direcionadas aos problemas da ‘teoria da dependência’. Essa visão normalmente representa as regiões periféricas como sem poder, e como um efeito do papel grandioso dos poderes metropolitanos, esquecendo o papel ativo das elites nacionais, e outros atores locais ou nacionais. A partir desse ponto de vista, todas as coisas ruins que acontecem aos nossos países deveriam ser explicadas (e culpadas) pelo imperialismo ou neoliberalismo.

Há diversos estudos que se concentram em países específicos, mas se mantêm cientes das conexões transnacionais. Por exemplo, a história ambiental da Colômbia de Germán Palacio, “Fiebre de tierra caliente. Una historia ambiental de Colombia”<sup>34</sup> que é uma tentativa de mostrar como os

<sup>32</sup> WEBB, Walter Prescott. *The great frontier*. University of Nevada Press, 2003.

<sup>33</sup> PALACIO, Germán. ‘An ecolopolitical vision for an environmental history: toward a Latin American and North American research partnership’, no prelo em *Environmental History*.

<sup>34</sup> PALACIO, German. *Fiebre de tierra caliente. Una historia ambiental de Colombia, 1850-1930*. Bogotá: Unal-Ilsa, 2006.

Colombianos decidiram conquistar e colonizar as terras quentes baixas, com resultados mistos de sucessos e derrotas, começando na metade do século XIX, o que implicou consideráveis transformações simbólicas, mas restringiu transformações ambientais materiais. Os colombianos, assim como outros latino-americanos, estavam tentando integrar seu país aos mercados europeu e norte-americano. Esses foram esforços de estabelecer conexões transnacionais. O que é chamado de 'mercado internacional', e também de 'nações civilizadas', é então mais específico do que global. Ao descrever os antecedentes da história ambiental da Colômbia, ele apresenta o caso 'colombiano' embutido na vice-realeza peruana que é o contexto transnacional que dá sentido à Colômbia pré-independência ou, melhor definida, Nova Granada. Comparações ambientais e diferenças entre a Colômbia e o Peru são relevantes para entender os antecedentes ambientais dessas transformações. Ao tratar do período pós-independência, as terras baixas e quentes da fronteira da Colômbia são o espaço da expansão territorial dos colombianos e da nação-estado colombiana. Palacio também mostra as lutas para controlar e domar as terras tropicais e equinociais desse país sul-americano, que são na verdade terras de fronteira. Ao invés de pensar a história ambiental de uma Colômbia hermética, sua tentativa está orientada e conceituada pelas conexões transnacionais que deram sentido às transformações ambientais de uma entidade territorial e política conhecida como Colômbia. É por isso que na história colombiana durante o século XIX, assim como em outros países da América Latina, o argentino Domingo Sarmiento é uma figura chave para se entender as tentativas de conquista dos novos territórios de fronteira, considerados como 'desertos' apesar da caracterização ecológica contrária de locais com baixa densidade populacional ou uma população de origem indígena. A região de Caqueta, por exemplo, que é a região da Amazônia colombiana contemporânea, foi caracterizada durante o século XIX como 'deserto'. Concentrar-se em países específicos não significa que as conexões transnacionais não são relevantes. O ponto é outro: como e de que forma elas são relevantes.

As fronteiras e as terras fronteiriças são formas interessantes de estabelecer conexões transnacionais específicas que não deveriam estar encapsuladas na América Latina ou num país específico. Elas são uma ótima maneira de misturar a história ambiental com a ecologia política. Embora escrito num contexto de 'dependentismo', o *Insatiable appetite*,<sup>35</sup> de Richard

<sup>35</sup> TUCKER, Richard. *Insatiable appetite. The United States and the ecological degradation of the tropical world*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2007.

Tucker, pode ser citado como um exemplo que liga os países tropicais, ou lugares, com os consumidores vorazes do Estados Unidos ao contrário, de um ponto de vista de não dependência. Corporações transnacionais que trabalham em locais específicos da América Latina são também uma boa maneira de escrever história ambiental como livros interessantes, assim como provado por aqueles escritos com uma perspectiva transnacional.<sup>36</sup> Graças e esses casos, pode-se aceitar que a história latino-americana é a história dos Estados Unidos, e vice-versa. O que é necessário na história ambiental latino-americana, mais do que assumir seu objeto e identidade como não problemáticos, é reafirmar sua identidade ao melhorar a qualidade da sua produção acadêmica estando ciente e demonstrando as conexões transnacionais específicas de sua história ambiental.

## Conclusão

O conceito de ‘América Latina’ foi criado graças ao contraste com uma caracterização da América do Norte como ‘América Anglo-saxônica’ durante o século XIX como parte de uma contenção transnacional entre dois poderes imperiais, Inglaterra e França. Por outro lado, isso implicou uma simplificação dos povos que viviam ao sul do rio Bravo. Por outro lado, também implicou uma forma de expressar algumas vezes a diferença e outras vezes a desconfiança ou resistência a um poder imperial em crescimento a partir dos Estados Unidos da América. A história ambiental da América Latina tornou-se profundamente afetada pelas marcas de uma variedade de atores poderosos que vieram do norte e que foram capacitados por seus aliados – não apenas vítimas – no sul.

Por um lado, uma visão da América do Norte como uma região anglo-saxônica simplificada foi na realidade a aspiração de um desejo político e cultural sobre um complexo e etnicamente variado sub-continente. Assustados com o crescimento ‘latino’ nos Estados Unidos, os defensores do anglo-saxônico têm divulgado propaganda para fortalecer a divisão e agradar as velhas hierarquias. A análise de Samuel Huntington sobre o desafio da identidade nacional americana, com alvo nos latinos ou hispânicos como um perigo cultural e político, é uma das mais representativas dessa tendência

---

<sup>36</sup> SOLUIR, John. *Banana Cultures. Agriculture, consumption and environmental change in Honduras and the United States*. Austin: University of Texas Press, 2005; SANTIAGO, Myrna. *The ecology of oil: environment, labor and the Mexican Revolution, 1900-1938*. New York: Cambridge University Press, 2009; GRANDIN, Greg. *Fordlandia. The rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city*. New York: Picador, 2010.

influyente.<sup>37</sup>

Com base nos resultados do censo de 2010, não é absurdo afirmar que o componente 'latino' do equilíbrio demográfico, cultural e eventualmente político dos Estados Unidos está mudado para sempre. As tentativas institucionais dos Estados Unidos de parar a imigração latina são minadas pelos acordos de livre comércio com o México, pelas políticas de proibição contra drogas ilegais que culpam os países 'latinos', e pela força do processo de globalização. Poder-se-ia perguntar então quão 'anglo-saxão' é a América Anglo-saxônica? Da mesma forma qualquer um poderia questionar, com boa razão, quão 'latino' é América Latina? Além disso, como consequência, poder-se-ia discutir hoje quão 'latino' é o componente 'latino' dos Estados Unidos. Portanto, me parece que esses processos invalidam a divisão 'latino'-'anglo saxônico'.

A criação de uma comunidade acadêmica de história ambiental latino-americana se debate nesse meio. Consequentemente, sua identidade está sendo criada no turbilhão da dissolução da base material dos antagonismos edificados na oposição entre anglo x latino. Outras mudanças contextuais poderiam complicar mais essa paisagem ideológica. Por um lado, alguns países latino-americanos estão reorientando os termos de suas diferenças com os Estados Unidos. Eles criaram a União Sul-Americana de Nações (Unión Suramericana de Naciones), e embora liderada brandamente pelo Brasil, ela inclui países que têm desafiado seriamente a hegemonia dos Estados Unidos em regiões tais como Venezuela, Equador e Bolívia.

Nesse contexto, a crescente e consolidada comunidade de história ambiental americana, por estar baseada não em uma ideia independente e chauvinista de América Latina nem em uma visão 'dependente' que considera que os problemas ambientais da América Latina são simplesmente o resultado dos Estados Unidos e outros países hiper-industrializados. Estar ciente de que qualquer região discreta é ao mesmo tempo parte de uma mudança ambiental transnacional ou global é o ponto de partida para estabelecer as bases de uma comunidade intelectual que aspira consolidar sua identidade e, ao mesmo tempo, estar consciente de que sua alteridade é uma peça central no ambiente transnacional/global. Saltando da quantidade para a qualidade, a comunidade de história ambiental latino-americana estaria melhorando a consciência das falácias construídas durante o século XIX e consolidadas na era em desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>37</sup> HUNTINGTON, Samuel. *Who are we? The challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster Inc., 2004.

Da mesma forma, essa comunidade deveria derrubar falsos antagonismos que separam historiadores ambientais da América do Norte e da América do Sul. Trabalhando juntos, com uma perspectiva transnacional e global eles poderiam contribuir muito com o entendimento dos nossos problemas ambientais regionais.

### **Agradecimentos:**

Ao Programa LACIS e AL Colloquium Culture, History and Environment (CHE) da Universidad de Wisconsin\_Madison por apoiar minha estadia nesta instituição como Tinker Visiting profesor. Aos meus estudantes Patrícia O’Kane e Jessie Reader com quem desfrutei e me enriqueci na minha disciplina de Historia Ambiental e Ecologia Política da America Latina. A Héctor Alimonda, Lise Sedrez, Myrna Santiago e John Soluri que com seus comentários melhoraram o que eu tinha a dizer. A Beatriz Sánchez e Fernando Franco da Universidad Nacional de Colombia – Sede Amazônia que me facilitaram o desfrute de meu ano sabático trabalhando sobre estes temas.